Cruz, Ceará: povoamento, instituições e emancipação política — uma reconstituição a partir de depoimentos orais

Documento elaborado a pedido de Diego Carneiro, administrador do Blog História e Genealogia do Baixo Acaraú | https://genealogiabaixoacarau.blogspot.com/

Nota metodológica

O presente texto reconstitui, em registro acadêmico, o conteúdo histórico contido em um conjunto de nove depoimentos orais colhidos para o documentário *Cruz: nossa gente, nossa história*, sobre a formação do atual município de Cruz, no litoral oeste do Ceará (Baixo Acaraú), e de seu desmembrado, Jijoca de Jericoacoara. Os depoentes identificados são: Valci Costa (memorialista e primeiro presidente da Câmara Municipal de Cruz); um narrador identificado nos registros de saúde pública como João Cirilo — também referido por Emy Berg como "João Cico" —, responsável pelo primeiro posto de medicamentos da localidade; um narrador de apelido "Bureta", que relata a história do futebol cruzeirense; Jonas Muniz, primeiro prefeito de Cruz; Padre (posteriormente identificado como) Manoel Valdery Rocha, pároco de São Francisco da Cruz desde 1965; Maria Alice, catequista, professora alfabetizadora e primeira secretária municipal de educação; Emy Berg, missionária e enfermeira norte-americana residente em Cruz entre 1970 e 1980; e, em depoimentos mais breves, colhidos por ocasião da homenagem "Talentos da Educação" (Cruz-CE, 2018), o próprio Padre Valdery Rocha e a professora Maria de Fátima.

Cabe registrar que as transcrições automáticas que serviram de base a este trabalho apresentam ruídos de reconhecimento de fala relevantes — sobretudo em antropônimos e topônimos —, de modo que alguns nomes próprios (por exemplo, o sobrenome do fundador lendário do povoado, transcrito ora como "Doping", ora como "Dopping") são reproduzidos tal como registrados, com a ressalva de que sua grafia correta não pôde ser estabelecida com segurança a partir do material disponível. Da mesma forma, a narrativa fundacional aqui relatada por Valci Costa é apresentada pelo próprio depoente como tradição oral recebida de Bernardo Muniz em 1954, e não como registro documental direto — ressalva que se mantém no presente texto.

1. A narrativa fundacional do povoamento

Segundo o relato de Valci Costa, a ocupação do sítio que viria a ser Cruz remonta a um imigrante português, de sobrenome transcrito como "Doping" (ou "Dopping"), que teria fugido de Portugal em contexto de guerra, acompanhado da mulher e de dois irmãos. A esposa morreu ainda no processo de deslocamento; o grupo teria se instalado inicialmente na região da atual barra, num povoado então quase deserto, conhecido como Lagoa Escondida, cujo único morador identificado pelo nome seria uma pessoa chamada Mariano (grafia incerta). Ali, "Doping" teria se estabelecido, e depois se mudado para Santana, onde contraiu novo casamento e teve dez filhos — sete homens e três mulheres, segundo o depoimento. Entre os filhos citados estão o primogênito, identificado com o nome (também de leitura incerta) Helton de Menezes, apontado como origem da família

Vasconcelos de Menezes em Cruz, e uma filha, Ana, que se casou e se estabeleceu no terreno onde depois foi erguida a antiga cadeia pública do município.

O depoimento relata ainda um episódio paralelo, situado na mesma tradição oral: uma jovem teria fugido grávida da casa de um fazendeiro na região da Paraíba/Parnaíba, refugiando-se na casa de um patriarca identificado como "capitão Antônio" (ou "de Altônia"). O filho dessa jovem, criado pelo capitão, teria mais tarde retornado à região movido pela intenção de vingança contra um irmão, episódio que, segundo o narrador, motivou a mudança do nome do povoado da "Lagoa Escondida" para outra denominação escolhida pela comunidade. É a esse núcleo familiar que o depoimento atribui a posterior construção de uma capela erguida em mutirão num lugar chamado "Ilha das Flores", dedicada a São Francisco — santo que, segundo Valci Costa, teria sua imagem trazida de Portugal ainda no século XIX — e que estaria na origem da devoção que dá nome à paróquia e ao povoado. O próprio narrador esclarece a proveniência da história: teria tomado conhecimento dela em 1954, aos 21 anos de idade, por meio do relato de Bernardo Muniz, que, por sua vez, teria tido acesso a um relato escrito de próprio punho do "capitão Antônio", posteriormente extraviado.

2. Formação econômica do povoado

O mesmo depoimento de Valci Costa descreve a gênese da vida comercial do povoado a partir da instalação de uma loja de fazenda e cereais pela família Silveira Costa Araújo, cujos membros citados incluem o "capitão" fundador do comércio local, os filhos Celso Araújo e Laura Araújo, e o comerciante Geraldo Pinto. A esse núcleo familiar é atribuída também a introdução de duas inovações tecnológicas na localidade: o primeiro rádio a bateria, ligado aos domingos por volta das nove horas para reunir os moradores em torno da notícia, e a primeira motocicleta, associada ao sobrenome Silveira (referido no depoimento como "Rosa Silveira").

A precariedade dos transportes é tema recorrente: não havia estradas para Sobral, Massapê ou Fortaleza, e o deslocamento de mercadorias — farinha, rapadura, algodão — se fazia sobre animais. A chegada do primeiro carro de bois é atribuída a um comerciante identificado como "Leomar", e o primeiro condutor de veículo motorizado que passou a fazer o trajeto comercial da localidade — a partir de 1944, segundo o depoimento — foi Chico Faria. As viagens comerciais a Sobral, para compra de açúcar e arame, exigiam cerca de três dias de deslocamento e pernoite. Do ponto de vista da base econômica regional, o depoimento situa a farinha de mandioca e o algodão como principais produtos até a chegada da praga do bicudo, que teria levado ao declínio da cultura algodoeira e à ascensão da castanha de caju como novo esteio econômico local.

A iluminação pública é associada por Valci Costa à instalação de um motor-gerador, entre 1957 e 1959, sob a gestão do então prefeito de Acaraú (Isaías Malaquias é citado como o prefeito que nomeou os subprefeitos do distrito), que fornecia energia das seis às vinte-e-duas horas mediante pequena taxa. A comunicação telefônica com a sede do município de Acaraú foi instalada em 1963, por iniciativa do prefeito João Jaime, por meio de um posto telefônico comunitário.

3. Do distrito à emancipação municipal (1957–1986)

O distrito de Cruz, vinculado ao município de Acaraú, foi criado em 1957, sendo formalizado por decreto em 1959. Segundo Valci Costa, os subprefeitos distritais se sucederam na seguinte ordem: Isaías Malaquias (primeiro), José Mundinho (segundo) e, na sequência, um subprefeito identificado apenas pelo apelido "o Chinês", seguido por um quarto subprefeito de sobrenome "Doping" — o que sugere que a família fundadora do povoado, narrada na seção anterior, manteve papel na administração distrital.

O movimento pela emancipação política de Cruz é narrado, de forma convergente, por Valci Costa, por Jonas Muniz e pelo Padre Manoel Valdery Rocha. Segundo o padre, a articulação decisiva teve início em agosto de 1983, quando lideranças locais se reuniram para organizar a campanha emancipacionista, tendo o próprio pároco se engajado ativamente no esclarecimento popular, apesar de sua reserva inicial quanto a envolvimento político direto. Domingos Fontes, então deputado estadual, e seu irmão Afonso Fontes são apontados por múltiplos depoentes (Jonas Muniz, Padre Valdery) como lideranças determinantes do processo, tendo Domingos Fontes se responsabilizado pela tramitação da matéria na Assembleia Legislativa.

O Padre Valdery relata a realização de um plebiscito informal, em 7 de setembro (a data é situada por ele no contexto do movimento iniciado em agosto de 1983), no qual a população de Cruz foi consultada sobre o porte territorial do futuro município — pequeno, médio ou grande —, tendo prevalecido a opção por um município de porte médio. A emancipação formal ocorreu, segundo os depoimentos, em 1985, por decreto do governo estadual; Jonas Muniz situa o ato no âmbito do governo do então governador Adauto Bezerra, que teria assumido o Executivo estadual em caráter interino na ausência do titular — dado que o depoente relaciona à proximidade política deste com Afonso e Domingos Fontes. O mesmo depoente relata que setores contrários à emancipação, vinculados a Acaraú, teriam ajuizado ação buscando anular o processo, mas o teriam feito antes da publicação do decreto de criação do município, o que, segundo Jonas Muniz, tornou a medida judicial inócua.

A primeira eleição municipal, realizada em 1985, opôs Jonas Muniz a seu compadre, identificado no depoimento como opositor de sobrenome próximo a "Ciríaco" (grafado de forma incerta na transcrição), com vitória de Jonas Muniz por margem expressiva. A posse da primeira administração e da primeira Câmara Municipal ocorreu em 1º de janeiro de 1986, em cerimônia acompanhada de missa solene, descrita pelos depoentes como um dos momentos mais marcantes da história local. Compuseram a primeira legislatura os vereadores José Cecília, Chico Miguel, Valci Costa, e outros citados sob grafia incerta como "Romar" e "Nilza de Morais"; Valci Costa afirma ter sido o primeiro presidente da Câmara Municipal de Cruz.

A primeira gestão municipal, segundo Jonas Muniz, priorizou a área da educação — dada a quase inexistência de salas de aula próprias do município — e recebeu os primeiros recursos federais (Fundo de Participação dos Municípios) cerca de seis meses após a posse; o depoente situa a criação de Cruz entre os primeiros municípios cearenses instituídos no período pós-1964, antes, portanto, da ampliação de recursos trazida pela Constituição de 1988. Jonas Muniz relata ainda a criação, já em sua segunda gestão, de um centro administrativo municipal re-

unindo as sedes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário — o que teria antecipado a instalação de vara judicial em Cruz em relação a municípios vizinhos de emancipação mais antiga.

4. A Paróquia de São Francisco da Cruz e a vida religiosa

A Paróquia de São Francisco da Cruz foi fundada em 6 de abril de 1958, tendo como primeiro pároco o padre José Edson Magalhães — depois monsenhor —, responsável pela instalação inicial e por um trabalho pastoral de formação de lideranças leigas descrito pelo padre Manoel Valdery Rocha, seu sucessor, como particularmente frutífero. O território paroquial original estendia-se do rio Acaraú até Jericoacoara, abrangendo o que constituem hoje os municípios de Cruz e de Jijoca de Jericoacoara; o Monsenhor Edson Magalhães é também creditado pela construção da igreja de Jijoca.

O padre Manoel Valdery Rocha assumiu a paróquia em 12 de setembro de 1965, vindo de Acaraú, onde fora vigário cooperador do monsenhor Sabino Feijão; nascido em Morrinhos, atribui sua vocação sacerdotal, entre outras influências, à professora Adalgisa Gomes de Almeida. Ao chegar, encontrou as capelas de Aranaú, Prata, Caiçara e Jijoca já constituídas, e obras em andamento nas capelas de Monteiros (com paredes de cerca de dois metros) e de Jericoacoara (paredes de pedra de cerca de três metros). Ao longo de seu paroquiato — contemporâneo, segundo relata, das mudanças pastorais decorrentes do Concílio Vaticano II —, formaram-se dezenas de novas comunidades eclesiais de base, entre as quais são citadas Castelhano, Carrapateiras, Barrinha, Monteiros, Jenipapeiro, Lagoa Salgada, Belém, Medeiros, Cedro, Aroeira e Preá, além de uma capela urbana — a Capela de São João — erguida por iniciativa particular do casal João e Inês e doada à paróquia. Em decorrência do crescimento pastoral da região de Jericoacoara, foi criada, em 1987, a Paróquia de Santa Luzia de Jijoca, desmembrada da matriz de Cruz.

Entre as obras materiais do período destacam-se: a conclusão e inauguração, na Páscoa de abril de 1966, da casa paroquial, cuja construção fora iniciada ainda no tempo de Monsenhor Edson e coordenada, na fase final, por João Muniz; a construção do prédio do ginásio paroquial, iniciada em junho de 1971 com recursos obtidos por cotização popular e apoio de gêneros alimentícios fornecidos pela organização internacional Cáritas (usados para remunerar os trabalhadores que produziram os tijolos, muitos deles do Jenipapeiro), inaugurado em abril de 1972 com a presença do então diretor da Cáritas, Joviniano Loiola; e a doação do terreno onde hoje se localiza o complexo do ginásio — incluindo a Casa das Irmãs, construída com apoio de recursos alemães (Adveniat) e ocupada, a partir de 1982, pelas Irmãs Missionárias Reparadoras do Coração de Jesus — pelos senhores Ismael Vasconcelos Caboclo e Luiz Pereira.

O cemitério São Francisco, cujo primeiro sepultamento (de uma pessoa identificada como Quitéria) remontaria a 1917, recebeu sua primeira reforma comunitária em 1967 — cinquenta anos depois —, mobilizando cerca de quarenta pedreiros e mais de setenta serventes; uma segunda ampliação, desta vez sob iniciativa da prefeitura municipal, ocorreu em 1987, e a capela-velório foi construída e inaugurada em 1990, sob a gestão municipal identificada no depoimento (com grafia incerta) como a de um prefeito de nome próximo a “João Antônio Raimundo”. A reforma da igreja matriz, realizada por etapas ao longo do

paroquiato de Padre Valdery, incluiu a construção da torre e a renovação interna com vitrais e elementos simbólicos, obra atribuída ao mestre-de-obras Luiz Silva, descrito no depoimento como autodidata sem formação técnica formal. A partir de 1966, os atos litúrgicos da festa do padroeiro passaram a ser realizados no pátio externo da igreja, e, a partir de 1967, também as atividades profanas da festividade foram deslocadas para as imediações do templo.

O depoimento de Padre Valdery registra ainda a chegada, em 1970, de missionários evangélicos norte-americanos à localidade — entre eles o casal formado pelo pastor Geraldo Berg e sua esposa —, relação que classifica como marcada por boa convivência e confraternização com a comunidade católica local. O testemunho de Emy Berg confirma e complementa esse dado sob perspectiva própria: ela e o marido, Geraldo Berg, viveram em Cruz de 1970 a 1980, período em que criaram os filhos Timóteo e Raquel, motivados por convicção religiosa e pelo propósito de suprir carências de assistência à saúde então existentes na localidade (tema tratado na seção seguinte). Por fim, entre as iniciativas culturais e comunicacionais associadas ao trabalho paroquial, o padre Valdery cita a fundação da rádio comunitária hoje denominada Rádio Seis de Abril — nome alusivo à data de fundação da paróquia —, apresentada como conquista da mobilização paroquial e comunitária.

5. Catequese

A estruturação da catequese em Cruz é narrada por Maria Alice, que situa o início de seu próprio envolvimento ainda no âmbito familiar, preparando os irmãos para a primeira eucaristia. Com a fundação da paróquia, em 1958, foi convidada pelo padre (monsenhor) Edson Magalhães a organizar um centro catequético em sua residência, no Jenipapeiro, reunindo entre trinta e quarenta crianças, com apoio de colaboradoras identificadas como “Bahia” e Fatinha. Permaneceu à frente desse trabalho até 1965 ou 1966, quando ingressou em convento, período em que passou nove anos na Arquidiocese de João Pessoa, na Paraíba, dedicada igualmente a atividades catequéticas.

De volta a Cruz em 1976, Maria Alice reintegrou o trabalho paroquial em um contexto de reforma da catequese (“catequese renovada”), sob orientação diocesana do padre João Batista Frota e da irmã Osvaldo, coordenadora diocesana da catequese. Contou, nessa fase, com a colaboração de Ficou Vasconcelos (“Abade”), Lurdinha Albuquerque, Marluce, Ritinha Silveira e Simone, organizando a catequese por setores, com matrícula porta a porta e catequistas responsáveis por cada região da paróquia. Coordenou esse trabalho de 1976 a 1983, retomando-o brevemente em 1986, quando decidiu ceder espaço a novas lideranças — entre as quais cita Josilene, Maria Lúcia e a própria Fatinha, que teriam dado continuidade ao trabalho catequético paroquial.

Entre as memórias mais vívidas de seu depoimento está uma viagem à comunidade de Castelhano, coordenada localmente por Dona Maria Pereira, realizada em um caminhão de transporte popular (“pau-de-arara”), com chegada tardia sinalizada à comunidade por meio do disparo de um foguete — recurso comparado pela própria depoente ao anúncio do nascimento de João Batista por meio de fogueiras. O retorno da viagem envolveu o uso de uma carroça de tração animal até o povoado de Cajueirinho e uma longa espera, até cerca de vinte e três horas, por um veículo de passagem com destino a Aranaú.

6. Saúde pública antes da emancipação

A precariedade da assistência à saúde no período anterior à criação do município é tema central de dois depoimentos complementares: o de um narrador identificado como responsável pelo primeiro posto de medicamentos de Cruz — provavelmente João Cirilo, também mencionado por Emy Berg sob a variante "João Cico" — e o da própria Emy Berg, enfermeira norte-americana radicada na localidade entre 1970 e 1980.

Segundo o primeiro depoimento, por volta de 1963 — após doze anos de residência na localidade —, o narrador identificou a necessidade de estruturar algum tipo de assistência farmacêutica, mas a legislação sanitária exigia a presença de um farmacêutico responsável, inviável dado o contingente populacional da época; a alternativa encontrada foi a criação de um posto de medicamentos, após treinamento do próprio depoente em Fortaleza. O atendimento, prestado sem custo às famílias de menor renda, contava com apoio de vizinhos e colaboradores citados como Raimunda Muniz e Dona Motoca (esposa de "o Chinês"), e enfrentava dificuldades sazonais de acesso, sobretudo no período das cheias do rio, quando a localidade ficava isolada. O depoimento relata o uso de rede armada em jipe para transporte de pacientes graves a Sobral, e cita colaboradores dessas remoções, como um indivíduo identificado como "Germano". A aplicação de soro, vacinas e pequenas cirurgias é descrita como prática corrente, ainda que sem formação médica regular, contando com apoio ocasional de uma parteira formada em Bela Cruz, Dona Altair Carvalho. O depoimento situa a criação de uma fundação assistencial — a Fundação Afonso Fontes/Domingos Fontes — como marco de melhoria posterior das condições sanitárias locais, já no período seguinte à emancipação municipal.

O depoimento de Emy Berg detalha, sob perspectiva complementar, a situação sanitária encontrada por ela e pelo marido, Geraldo Berg, ao se instalarem em Cruz em 1970: ausência de médico, hospital, posto de saúde ou farmácia estruturados; alta mortalidade neonatal; parteiras sem formação adequada em prevenção de infecções; ausência de saneamento básico e de programas de vacinação; e resistências de ordem cultural a determinados tratamentos e alimentos. Formada em enfermagem, Emy Berg relata ter oferecido, de forma voluntária e gratuita, atendimento diário à população — parte de sua própria residência servindo como clínica improvisada —, além de aulas de primeiros socorros e higiene para mulheres da comunidade e de capacitação de parteiras locais, com apoio de vacinas obtidas gratuitamente junto ao posto de saúde de Fortaleza e da colaboração de médicos e farmacêuticos fortalezenses. Ela credita explicitamente a "João Cico" (nome que, à luz do depoimento anterior, corresponde provavelmente a João Cirilo) papel de auxílio relevante nesse período.

7. Educação em Cruz

O testemunho de Maria Alice permite reconstituir com relativo detalhe a história da instrução escolar na localidade desde a década de 1920. A professora Filomena Martins do Santo — referida pelo apelido "Dona Filó" — chegou de Acaraú ao final da década de 1920, a convite do senhor Celso Araújo, e iniciou o ensino particular em residência, sem prédio escolar próprio; posteriormente tornou-se professora estadual, lecionando em Cruz de 1920 a 1950, ano de sua aposentadoria. Entre suas alunas, que depois se tornaram professoras em localidades

vizinhas, são citadas Dona Jordélia (que ensinou no Belém) e Dona Lindaura (que ensinou na Lagoa Salgada). Na década de 1940, chegou de Acaraú a professora Ana Cruz, que se instalou no Jenipapeiro, na casa do senhor Raimundo Malaquias — avô da própria depoente —, onde ensinou por dez anos.

O primeiro prédio escolar da localidade foi erguido em 1950 (a chamada "escola rural típica"), tendo Dona Geralda Miranda como professora residente; a professora identificada como "tia Aninha" atuava paralelamente em casa alugada. Ao final da década de 1950, em 1959, foi fundado pelo monsenhor Edson Magalhães o Instituto São Francisco — hoje Escola Fundamental São Francisco —, trazendo de Acaraú a professora Fátima Brandão para a direção pedagógica; a instituição, inicialmente restrita ao curso primário com exame de admissão ao ginásio, passou a incluir o então recém-criado ensino fundamental a partir da reforma educacional de 1972, permanecendo sob direção das Irmãs Missionárias Reparadoras do Coração de Jesus. Entre o final da década de 1960 e o início da de 1970, professoras vindas de Bela Cruz — entre elas Dona Maria Estela Teixeira — atuaram temporariamente na rede pública local. Em 1975, o prédio escolar público foi ampliado para duas salas de aula, contexto em que chegou a Cruz a própria Maria Alice, então recém-formada, com apoio de lideranças políticas locais como o coronel José Padre Aristide, formando um grupo de seis professoras que, em 1976, deu origem à Escola de 1º Grau São Francisco da Cruz.

Maria Alice relata que, em sua primeira turma, de 45 alunos com idades entre 7 e 15 anos, nenhum sabia ler; ao final do ano letivo de 1976, 42 desses alunos haviam sido alfabetizados, episódio que a depoente identifica como o início de seu reconhecimento como educadora na região. Com a implantação da administração municipal em 1986, foi convidada pelo primeiro prefeito (Jonas Muniz) a assumir a Secretaria Municipal de Educação, então inexistente como estrutura própria. Um levantamento conduzido nesse momento pela nova gestão, abrangendo o território que corresponde aos atuais municípios de Cruz e Jijoca de Jericoacoara, identificou uma população de cerca de cinco mil pessoas na faixa etária de 7 a 14 anos, das quais 72% eram analfabetas — herança atribuída à ausência de investimento educacional por parte da antiga sede municipal, Acaraú. Para enfrentar esse quadro, a nova secretaria promoveu avaliação e requalificação do quadro docente herdado, contratação de professoras de fora do município (de Bela Cruz e Acaraú) e cursos de capacitação em regime de férias e fins de semana, além de utilizar como salas de aula improvisadas casas de farinha e prédios comunitários no interior do município. Foram incorporadas, nesse processo, dezesseis salas de aula construídas ainda pela antiga prefeitura de Acaraú por ocasião da campanha do plebiscito, distribuídas em prédios no Mangue Seco e em outra localidade referida como "das Panelas"; um desses prédios corresponde ao atual Educandário Paulo Freire. Maria Alice permaneceu à frente da Secretaria de Educação até 1993.

Já em depoimentos mais breves prestados por ocasião da homenagem "Talentos da Educação" (Cruz-CE, 2018), o padre Manoel Valdery Rocha voltou a evocar as dificuldades estruturais do início da vida escolar cruzeirense — ausência de prédios e de docentes qualificados — e reconheceu o papel de professoras pioneiras e da Escola Fundamental São Francisco na consolidação do ensino local, mencionando ainda a criação do ginásio como marco de ampliação do acesso à educação na comunidade. Na mesma ocasião, a professora Maria de Fátima

relatou sua trajetória docente, que incluiu cinco anos na direção de uma escola local e passagem por diferentes coordenações pedagógicas na Secretaria de Educação, refletindo sobre as mudanças no comportamento discente e na autonomia docente ao longo das décadas, e recordando, entre outros episódios, a atuação da professora Mazé Maria José durante o período de transição decorrente da then vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

8. O futebol cruzeirense

A história do futebol local é reconstituída, de forma convergente, no depoimento identificado como de "Bureta" e na parte final do depoimento combinado atribuído a Valci Costa e outros. Situa-se a fundação do primeiro time de futebol de Cruz entre as décadas de 1940 e 1950, por iniciativa de um grupo de jovens atletas locais que teriam trazido a primeira bola à comunidade e viajado a cavalo ou a pé para partidas em localidades vizinhas, como Acaraú. Esse primeiro clube, identificado como "Maguari", contava entre seus jogadores com os citados sob os nomes ou apelidos de Réis, Ezequiel e Magalhães, e era acompanhado por sanfoneiro nas viagens; o sustento das partidas — hospedagem de times visitantes, prêmios a atletas destacados — dependia de coletas promovidas por mulheres da comunidade, entre as quais é citada uma senhora identificada como Dorotéia.

Uma segunda fase da história esportiva local, situada por volta da década de 1960, é associada à liderança de um dirigente identificado como "Valcir" (possivelmente o próprio Valci Costa) e à colaboração do padre Edson (Monsenhor Edson Magalhães), que teria apoiado a obtenção de um terreno para a construção de um campo de futebol — terreno correspondente, segundo o depoimento, à atual localização de uma cerâmica —, mobilizando jovens como Raimundo Antônio e um indivíduo de apelido "Circo". Essa fase teria conhecido interrupção entre 1966 e 1969, atribuída pelos depoentes à necessidade de deslocamento de jovens para trabalho em outras regiões (é citado deslocamento para São Paulo).

A "era de ouro" do futebol cruzeirense é situada pelos depoentes na década de 1970, com destaque para o ano de 1976. O movimento de retomada, iniciado em 1970, contou com apoio da então vereadora por Acaraú, Mazé Caboclo, que teria viabilizado uniformes para a nova equipe, batizada Cruz(eiro) Esporte Clube, com as cores rubro-negras. Entre os jogadores citados para esse período estão o goleiro Ivan, Lucimar, Antônio ("do Padre") e Raimundo Mendes. Em 1972, um torneio local reuniu três equipes — Cruzeiro, Vasco e Botafogo —, com jogadores identificados como Zé Maria, Gladiador, Gilberto, José Amazonas e outros. A equipe de 1976, apontada como a melhor já formada na região do Baixo Acaraú, teria disputado cerca de trinta e cinco partidas sem derrota, contando com diretoria presidida por um dirigente de nome incerto ("Refletão"), com Raimundinho e Malaquias na diretoria e "Lambis" (possivelmente o próprio narrador) como técnico; entre os jogadores, oriundos tanto de Cruz quanto de Acaraú, são citados Chiquinho, Zé Nunes, o "Rei do Alho", Tite, Sílvio, Geraldo, Ivo e Virgílio. A equipe teria conquistado o torneio "Dia do Soldado", disputado em Acaraú. Os depoentes relatam ainda um episódio marcante ocorrido em partida disputada na localidade de Santana, envolvendo um pênalti contestado, a ameaça de um torcedor com um foguete contra o goleiro adversário, tumulto generalizado e apedrejamento dos veículos da delegação visitante por ocasião da saída — episódio descrito como um dos mais lembrados pelos ex-jogadores

entrevistados.

O depoimento situa ainda o pioneirismo local no futebol de salão a partir da construção, por iniciativa de alunos e da direção da Escola Fundamental São Francisco, de uma quadra esportiva erguida em regime de mutirão, com participação discente no transporte de material de construção e captação de recursos por meio de leilões e festas beneficentes. Entre os jogadores dessa modalidade citados no período de 1976 a 1986 estão Eureca(?), Magalhães, Zaivan, José Benedito, Rogério e Zé do Vendedor; posteriormente, com a construção de um ginásio coberto, destacaram-se o goleiro Manoelzinho, Carlão e Gilberto. Os depoentes situam em 1985/1986 — coincidindo com a emancipação municipal — o início do apoio direto da administração pública ao esporte cruzeirense, em contraste com o período anterior, no qual, segundo relatam, os próprios atletas custeavam viagens, uniformes e manutenção dos campos.

9. Considerações finais

O conjunto de depoimentos aqui sistematizado permite reconstituir, com razoável coerência interna, uma cronologia da formação social, religiosa, educacional, sanitária e política de Cruz, desde a narrativa fundacional de povoamento — de caráter explicitamente lendário, segundo o próprio informante — até a consolidação da autonomia municipal em 1985–1986. Observa-se convergência factual relevante entre depoentes distintos em pontos centrais, como a data de fundação da paróquia (1958), a cronologia da campanha emancipacionista (1983–1985) e o protagonismo de figuras como o Monsenhor Edson Magalhães, o padre Manoel Valdery Rocha, Jonas Muniz e Valci Costa. Ao mesmo tempo, a natureza oral e memorialística das fontes, somada às limitações da transcrição automática do material audiovisual original, recomenda cautela na fixação definitiva de determinados antropônimos e datas específicas, que aqui são registrados com as devidas ressalvas, à espera de confronto futuro com fontes documentais primárias — atas de câmara, registros paroquiais e cartoriais, e imprensa da época — capazes de consolidar em bases mais seguras a história de Cruz.